

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO 2021

1. Com base nas informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Finanças, através da consolidação dos dados relativos as metas fiscais e a administração financeira durante o exercício de 2021, que são, inclusive, fundamento para a realização de audiências públicas, este Órgão de Controle observa que o Município, durante o exercício de 2021, executou nas metas de receitas correntes, de capital e correntes intraorçamentárias, chegando aos percentuais de 92,99%, 1,50% e 153,72%, respectivamente, conforme discriminação a seguir, superando o previsto e com índices de arrecadação mais elevados em relação ao exercício de 2020. Mantendo um equilíbrio relativo nas receitas correntes e acima do previsto nas intraorçamentárias, porém, continuando baixa a arrecadação de capital.

Receitas	Orçamento 2021	Arrecadado 2021	Varição Δ (%)
Correntes	54.617.000,00	50.787.037,41	92,99%
De Capital	5.437.000,00	81.600,00	1,50%
Intraorçamentárias	3.243.000,00	4.985.227,16	153,72%
TOTAL	63.297.000,00	55.853.864,57	88,24%

2. Fazendo alusão as despesas, considerando os valores das dotações previstas, que precisam acompanhar a receita para manter o equilíbrio fiscal, onde podemos ver a seguinte execução: despesas correntes em 92,58%, despesas de capital em 89,71%, apresentando uma melhora representativa no que se refere a investimentos no Município quando comparamos a receita do exercício, e despesas correntes intraorçamentárias em 98,34%, não havendo uso da reserva de contingência.

Despesas	Orçamento Atualizado 2021	Execução 2021	Variação Δ (%)
Correntes	56.906.064,38	52.681.720,55	92,58%
De Capital	2.207.602,58	1.980.499,53	89,71%
Reserva de Contingência	-	-	-
Intraorçamentárias	4.183.333,04	4.113.787,56	98,34%
TOTAL	63.297.000,00	58.776.007,64	92,86%

3. Considerando as despesas por função, podemos observar o comportamento da saúde e da educação, com o percentual de 23,90% e 25,05%, respectivamente, em relação ao total das principais elencadas no demonstrativo a seguir:

Função	Valor (R\$)	%
Legislativa	1.869.057,80	3,18%
Judiciária	183.761,24	0,31%
Administração	6.621.797,97	11,27%
Segurança Pública	282.003,46	0,48%

Assistência Social	1.929.895,51	3,28%
Previdência Social	10.132.934,04	17,24%
Saúde	14.048.051,07	23,90%
Educação	14.723.611,10	25,05%
Cultura	516.918,72	0,88%
Urbanismo	4.326.439,49	7,36%
Saneamento	113.425,75	0,19%
Gestão Ambiental	2.210.705,81	3,76%
Agricultura	380.860,00	0,65%
Transporte	350.449,42	0,60%
Desporto e Lazer	418.848,21	0,71%
Encargos Especiais	667.248,05	1,14%
TOTAL	58.776.007,64	100,00%

4. A despesa total com pessoal do exercício 2021, de acordo com o Relatório de Gestão Fiscal – RGF do 3º quadrimestre de 2021, fechou em 62,48% da Receita Corrente Líquida – RCL. O valor aplicado ficou acima dos limites máximo de 54,00% da RCL (inciso I, II e III, art. 20 da LRF), prudencial de 51,30% da RCL (parágrafo único do art. 22 da LRF) e de alerta de 48,60% da RCL (inciso II do § 1º, art. 59 da LRF).

Por conta do percentual aplicado acima dos limites estabelecidos no art. 20 da LRF, o Poder Executivo deverá eliminar o percentual excedente nos dois quadrimestres seguintes de 2022.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Despesa com Pessoal	29.786.820,94

Receita Corrente Líquida	47.677.723,14
% da Despesa com Pessoal sobre a RCL	62,48
Limite Prudencial	24.458.671,98
Limite Máximo	25.745.970,50

5. Considerando o que orienta a Constituição Federal, que referem-se aos investimentos nas áreas de saúde e educação, concluímos a eficiência da gestão aplicando os percentuais de 19,39% das despesas próprias com saúde e 22,47% das despesas de educação com recursos próprios, ficando abaixo do limite mínimo de 25%, porém, aplicando o percentual de 72,08 % com as despesas do magistério.

SAÚDE:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Receita de Impostos e Transferências	31.441.825,53
Despesas Próprias com Saúde	6.097.018,50
Percentual Aplicado (%)	19,39%

EDUCAÇÃO:

Receita de Impostos e Transferências	33.384.004,41
Despesa de Educação com recursos próprios	7.501.456,22

Percentual Aplicado (%)	22,47 %
--------------------------------	----------------

RECEITAS DO FUNDEB	11.113.947,34
DESPESAS COM MAGISTÉRIO	8.011.277,08
Percentual Aplicado (%)	72,08%

- No tocante ao repasse do duodécimo, segundo as informações disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Finanças, os valores repassados para Câmara Municipal para despesa do legislativo a qual se refere o artigo 29, caput da CF, guardou compatibilidade com o limite de 7% fixado no artigo 29-A da Constituição Federal.
- Sobre a Dívida Consolidada Líquida, conforme se depreende do Anexo 2, do Relatório de Gestão Fiscal (RGF), o percentual da Dívida Consolidada Líquida foi de 6,23% (apresentando um aumento em relação a 2020) o percentual determinado pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, em seu Art. 3º, inciso II, não poderá exercer 120% da Receita Corrente Líquida, tendo o percentual da DCL, obedecendo o limite fixado na supracitada resolução.
- Com relação a operação de crédito, insta salientar que não foi realizada nenhuma operação de crédito no exercício no qual se infere à Prestação de Contas.
- Efetuando o trabalho continuado junto a administração municipal, foram mantidas as orientações quanto a atuação da Secretaria de Administração e suas obrigações,

inclusive com o patrimônio público, além da efetuação de análises nos fundos de natureza atuarial por parte do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais, sendo importante salientar o pagamento das obrigações previdenciárias correntes das folhas de pagamento ao RGPS e ao RPPS.

10. Este Órgão participou assiduamente da gestão orientando aos que encontravam-se à frente dos serviços públicos e, principalmente, ao excelentíssimo Senhor Prefeito, sobre o cumprimento de suas obrigações, além de efetuar acompanhamento de serviços em determinadas áreas de grande importância, inclusive do Instituto dos Servidores Públicos Municipais, que tem desempenhado um trabalho sério na gestão dos recursos pertencentes ao funcionalismo público municipal e garantiu, por mais um ano, juntamente com o chefe do poder executivo, o cumprimento do pagamento das folhas mensais, conseguindo bons resultados.
11. Este Parecer foi elaborado com base nas informações disponibilizadas no Relatório de Gestão Fiscal (RGF) referente ao terceiro quadrimestre de 2021 e no Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) referente ao sexto bimestre de 2021, elaborados pela Secretaria Municipal de Finanças com o apoio da sua assessoria contábil.

Este é o relatório.

Altinho, 28 de janeiro de 2022.

Pedronilson Celestino Almeida Duarte
Controlador Geral do Município